

A REALIDADE COLONIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA POR CONSTRUIR

The colonial reality of the Portuguese America: a historical-geographical approach to be built

Patrício Aureliano Silva Carneiro*

***Escola Preparatória de Cadetes do Ar - EPCAr / Barbacena, Minas Gerais**
patriciocarneiro@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo destaca a necessidade da geografia e da história caminharem juntas na explicação da formação da sociedade. Pesquisas, em sua maioria, não conferem a importância devida ao papel do espaço e do território na criação de obstáculos ou na viabilização dos interesses da administração portuguesa e dos colonos no processo de desbravamento, conquista e ocupação das minas e dos sertões. Portanto, um dos grandes desafios dos estudos históricos e geográficos reside na incorporação e análise dos processos espaciais e dos elementos territoriais responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos. As condições, em termos de influências e possibilidades, oferecidas tanto pelo meio físico quanto pelo construído, desempenham um papel significativo na elucidação do estabelecimento e na formação da sociedade implantada na América Portuguesa. Marcos e imaginários geográficos foram de suma importância na descoberta das minas e estruturas territoriais implantadas pela metrópole; viabilizaram a conquista, ocupação e “interiorização” do projeto de colonização, garantindo a transformação dos sertões em território apropriado. É o peso explicativo do espaço, em constante modificação devido a ações humanas que procuram ordená-lo ou dar-lhe um novo ou diferente sentido.

Palavras-chave: América Portuguesa. Período colonial. Geografia Histórica.

ABSTRACT

This paper highlights the need of geography and history to be together in order to explain the formation of society. Researches, in their majority, do not shed lights on the real importance of the role of space and territory in creating obstacles or making way to the interests of the Portuguese administration as well as the settled people in the course of exploiting, conquering and populating the mines and backlands. Therefore, one of the great challenges of historical and geographical studies lies in the consideration and analysis of spatial processes along with territorial elements which are responsible for influencing the temporalities and the events and also for designing and organizing the space in the past, usually understood as a mere stage of the historical events. The conditions, regarding influences and possibilities, offered by both physical and built environment, play a significant role in the understanding of the settlement and formation of the Portuguese America society. Landmarks and imaginary geographic images were extremely important in the discovery of mines and territory organization implemented by the metropole; and they also made possible the conquering, populating and the first move from the coast to the country of the settlement project, assuring the backlands' transformation into a more appropriate territory. It is the significant role of space, constantly changing due to human actions which aim at organizing it or giving it a new or different meaning.

Keywords: Portuguese America. Colonial Period. Historical Geography.

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os

eventos e por modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos. Toda nação possui uma história que explica parte da sua conformação e estrutura atual. Mas, a interpretação histórica não pode prescindir da geografia, pois, em que pese a importância investigativa da primeira, a segunda possui papel relevante na interpretação da particularidade histórica. Como disse Moraes (2011, p.71), “a colonização é, em essência, um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular da relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras”.

A historiografia sobre o Brasil colônia, até por volta da década de 1970, se concentrou no modelo latifundiário, escravista e monocultor e, principalmente, na sua forma de articulação com o mercado externo. Questões como *capital mercantil*, *antigo sistema colonial* e *acumulação primitiva* foram elementos qualificativos, utilizados por Prado Júnior (1987) e Novais (1986) para caracterizar as articulações entre colônia e metrópole no contexto das teorias do mercantilismo. Esses autores sistematizaram importantes contribuições sobre os fundamentos da dependência e da condição colonial, mas a ênfase no quadro analítico macroeconômico infelizmente obstruiu a apreensão de especificidades do contexto colonial interno, considerado mero reflexo das condições econômicas externas. A situação colonial é característica fundamental, mas se abordada apenas de uma perspectiva não evidencia a importância de especificidades internas, que se formaram devido à influência de determinadas características da colônia como base natural, grande extensão territorial, distância da metrópole, extensão litorânea, rarefação demográfica etc.

2 LIMITES DOS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS TRADICIONAL E REVISIONISTA

As estruturas socioespaciais engendradas na América Portuguesa não se resumem à vinculação exclusiva com o comércio Atlântico e com a metrópole. No âmbito das relações de produção e de trabalho, por exemplo, as singularidades da realidade brasileira do período seriam de tal ordem que Cardoso (1980) e Gorender (1988) defenderam a existência de um *modo de produção escravista colonial*: historicamente novo, com caráter pré-capitalista, cuja particularidade residia na sua condição colonial ou dependência, pois sua reprodução não ocorria completamente dentro do espaço colonial. Contrários a essa hipótese, de acordo com Moraes (2000), autores como João Manuel Cardoso de Mello, Antônio Barros de Castro, Maria Sylvia de Carvalho Franco e José Roberto do Amaral Lapa relataram que o moderno escravismo possuía traços comuns ao capitalismo mercantil europeu e fora constituído como essência do sistema. Portanto, seria equivocada a defesa de um *modo de produção escravista colonial*.

Na perspectiva de Fragozo (2001), a colonização do Brasil não foi resultado da expansão da nascente burguesia comercial metropolitana, mas obra da nobreza do *antigo regime*. Ele relatou que o objetivo da colonização Ibérica não era o fortalecimento da burguesia metropolitana, mas a própria supressão dessa classe, visando, portanto, à manutenção da hegemonia da nobreza. Os recursos para tal projeto se originaram do que o autor denominou de *economia do bem comum* (controle da administração real, monopólios, privilégios etc), a qual encerrava uma forma particular de apropriação do excedente. Por esse ponto de vista, houve, portanto, a formação de uma elite mercantil colonial, dotada de autonomia e de interesses próprios, e a incorporação de excedente por parte de setores mercantis fixados na Colônia, muitas vezes em detrimento de comerciantes ligados à metrópole.

As proposições teóricas da historiografia tradicional (que caminha na perspectiva da *centralização*) e da historiografia revisionista (que se situa no âmbito da *acumulação interna*) realizam tarefa semelhante e complementar, porém, em níveis distintos: a primeira vertente foca as relações mercantis instituídas entre colônia e metrópole e a segunda investiga aspectos sutis da natureza interna da economia colonial. No entanto, ambas, e especialmente a primeira, ainda conferem pouca importância à dimensão espacial. Vale ressaltar que a perspectiva historiográfica que defende a acumulação interna, ao criticar a importância dada à oposição metrópole-colônia e ao

concentrar sua atenção nos mecanismos internos da formação de excedentes, propõe, do mesmo modo, uma nova interpretação do significado histórico do período colonial. O perigo dessa abordagem reside na possibilidade de, igualmente, implantar uma ênfase unilateral, com o risco de escamotear a dependência colonial e os determinantes que, sem dúvida, ela implicou, seja na criação de condições para a implantação do capitalismo industrial na Europa ou na fundação de um capitalismo dependente na colônia.

Para autores da historiografia tradicional, o exclusivo metropolitano, a escravidão e o tráfico negreiro seriam fatores importantes na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial europeu (NOVAIS, 1986). Em contrapartida, autores da historiografia revisionista defendem a tese de que o papel dos capitais acumulados na esfera colonial no financiamento da industrialização inglesa teria sido pequeno. Sobre o peso da mineração, certos teóricos ainda defendem que é preciso recusar algumas projeções como a de que o ouro brasileiro do século XVIII teria sido o agente do capitalismo, pois, à época, a economia já era eminentemente britânica, bastando observar a sua estabilidade política, a supremacia comercial, o desenvolvimento da agricultura, o pioneirismo industrial etc (IGLÉSIAS, 1974; CARDOSO, 1980). Todavia, é fundamental estudar a importância do ouro extraído na Colônia para a acumulação primitiva de capital na Europa, pois tal metal teria provocado a elevação de preços, ampliação de mercados, expansão da monetização da economia etc.

No princípio do século XVIII, Antonil (1982, p.68) advertia que “a maior parte do ouro que se tirava das minas passava em pó e em moeda para os reinos estranhos; e a menor era a que ficava em Portugal e nas cidades do Brasil”. Em 1728, Montesquieu havia alertado sobre a abundância do ouro brasileiro que circulava na Europa, com uma benéfica influência para o norte do continente. Adam Smith destacou o incremento do intercâmbio comercial entre a Inglaterra e Portugal em razão do ouro vindo do Brasil e chegou a admitir que, em seu tempo, quase todo o ouro fundido na Inglaterra era de origem brasileira (PRIETO, 1976). No ano de 1808, Vasconcelos (1901, p.701) escreveu que “tais foram, em suma, a origem e o sucesso do descobrimento das minas de ouro que tem fertilizado (vai correndo já em dois séculos) toda a Europa, não só o reino de Portugal”. Para Charles Boxer, “o ouro produzido fez a fortuna de muita gente, e influiu não só na economia de Portugal e do Brasil, mas também da Inglaterra” (FRANCO, 2007, p.69).

O Tratado de Methuen garantia o acesso ao mercado inglês dos poucos produtos portugueses, mas também permitiu transferir, diretamente aos ingleses, os ganhos econômicos com a economia brasileira. Segundo Caldeira (1999, p.230-231), “de 1703 até o final do século, a balança de comércio portuguesa com a Inglaterra, fornecedora dos manufaturados que o Brasil importava e Portugal não produzia, foi invariavelmente negativa, com a única exceção do ano de 1780”. Logo, por meio desse tratado, a Inglaterra drenou para dentro de suas fronteiras, durante o século XVIII, as centenas de milhões de libras que tiveram alguma importância, ainda a ser avaliada, na expansão da sua frota marítima, na instalação dos bancos e na preparação da economia industrial. Desse modo, vale destacar a ideia de Fragozo (2001), ao apontar que no século XVI a economia colonial brasileira foi montada tendo em vista a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que, em nada, se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital. Porém, a partir do século XVIII, é válida a noção de que a instalação da estrutura colonial contribuiu para a acumulação primitiva europeia.

Os autores da *historiografia clássica*, influenciados pelo discurso marxista predominantemente econômico, pecaram ao enfatizar a obsessão da Coroa no processo de expansão e fixação das fronteiras da América Portuguesa e na transferência de excedentes para o além mar. Como consequência, a história da formação territorial da Colônia ficou reduzida aos desmandos arbitrários da Metrópole, como se aqui não existisse um meio físico/natural e determinadas concepções sociopolíticas que, inevitavelmente, levassem à rearticulação de parte das ações emanadas de Portugal. Já na *historiografia revisionista*, apesar dos avanços e das críticas aos pressupostos globalizantes, alguns teóricos não se desvencilharam de uma percepção também econômica e se encontram engolfados nas discussões do modo de produção vigente, das relações de

produção e de trabalho etc. A maioria dos estudos na perspectiva da segunda corrente mergulhou num universo de análise microescalar dos aspectos sociopolíticos da Colônia e as pesquisas, em não poucos momentos, até parecem negar certas características fundamentais que explicam o processo de formação territorial periférico do Brasil, a exemplo da própria condição colonial.

3 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NOS ESTUDOS DA FORMAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

É necessário “geografizar” o debate historiográfico sobre a formação da América Portuguesa. Por isso, na tarefa de investigação das conexões entre Metrópole e América Portuguesa, no estudo das características internas da Colônia construídas dessa relação, o conceito de *formação socioespacial*, cunhado por Santos (1977), pode contribuir para a compreensão do modo como se articula os dois universos, oferecendo um importante recurso metodológico para entender como se forja e se manifesta espacialmente essa interação na Colônia. A categoria em foco privilegia a dimensão espacial e considera a coexistência, numa mesma sociedade, de diferentes modos de produção, com um deles exercendo o papel dominante. Ela pode ajudar a explicar a realidade colonial brasileira cuja combinação de diferentes modos de produção originou diversas formações econômico-sociais. A *formação socioespacial* permite estudar a realização de um modo de produção geral e compreender como uma sociedade específica, em sua totalidade, se realiza concretamente sobre um espaço geográfico. Ela articula o universal e o local e revela as diferenciações das forças verticais que se instalam e se rearticulam conforme as influências e determinações ditadas pelo espaço geográfico local.

Do contato do modo de produção com o espaço colonial, ações e interesses iniciais foram modificados, produzindo novas e singulares territorialidades ou forjando uma identidade espacial específica da colônia, que pode ser apreendida a partir da ideia de “*alteridade territorial*”, expressão utilizada nos trabalhos de Straforini (2009, p.6)¹. De acordo com este autor, em vários momentos, os interesses da metrópole portuguesa e dos “homens coloniais” não se opuseram ou contrastaram, mas se complementaram, embaralharam, rearticularam ou, ainda, tiveram a mesma aparência, a depender do movimento, das articulações e do jogo político em questão².

A alteridade territorial instalada na América Portuguesa é o resultado desse conflito permanente e dialético entre verticalidades [estruturas externas ou tempo lento] e horizontalidades [estruturas internas de uma sociedade] de um tempo hegemônico e de um tempo não hegemônico, dos interesses dos homens coloniais e, ao mesmo tempo, da Metrópole, ou ainda, de um tempo lento e um tempo rápido “à la” F. Braudel. Aquilo que ia se construindo e configurando como o território colonial brasileiro era produto desses diferentes atores sociais cujos interesses convergiam e divergiam segundo lógicas sociais, econômicas e políticas de então. A alteridade territorial nos revela que não havia uma unidade territorial marcada pela homogeneidade de interesses, mas sim, unidades díspares e heterogêneas, porém, indissociavelmente integradas em uma complexa rede socioespacial (STRAFORINI, 2009, p.7).

O tempo hegemônico ou as forças verticais não se instalaram na América Portuguesa com a mesma “carga quantitativa e qualitativa advinda de sua origem”, mas, pelo contrário, ao “atingirem o espaço geográfico colonial encontraram as intenções, os interesses e as ações” de grupos locais, “fortemente presentes nesse espaço (STRAFORINI, 2009, p.6)”. A formação territorial se funda nesse universo conflituoso e complementar entre as lógicas exclusivas do poder metropolitano e as dos interesses internos ou coloniais.

A análise dos mecanismos de “interiorização” e de afirmação do Estado metropolitano nas Minas requer, portanto, a avaliação do processo relacional entre Colônia e Coroa para além das

diversas formas de instituição do poder, muitas vezes tomado unicamente como centralizado³. Ou seja, o estudo da formação da sociedade e do espaço na América Portuguesa não pode ser levado a cabo apenas como uma mera expressão direta dos interesses reais, pois, como bem enfatizou Furtado (2006, p.26), “havia sempre espaço para a alteridade” ou, nas palavras de Straforini (2009, p.7), para a “alteridade territorial”, notável nas picadas clandestinas e descaminhos, no contrabando e sonegação, nas revoltas etc. Nos interstícios de um poder metropolitano que não se mostrou sempre centralizado, mas também permitiu a expansão da autonomia, é possível considerar certo grau de liberdade e de acumulação interna, as quais produziram territorialidades alternativas, mesmo sob a condição colonial, característica logicamente relevante.

É possível que em alguns períodos as determinações internas ganhassem maior relevância; em outros, as influências e conjunturas externas explicam parte significativa da dinâmica econômica e social. Do ponto de vista da economia mineira, por exemplo, suas diversas tramas econômicas, tanto internas (fluxos intra e inter-regionais) quanto externas, comportam diferentes níveis de complexidade, autonomia e centralização que se posicionam entre a transferência de excedentes para a Metrópole e a formação de espaços específicos de acumulação interna variável. Um grande desafio está em inserir a dimensão espacial nessas duas perspectivas e investigá-las de forma articulada. Mas, nas últimas décadas, observa-se o distanciamento e a rivalidade das duas metodologias de pesquisa (*centralização versus acumulação interna*) que procuram, continuamente, criticar as conclusões encontradas pelo campo adversário e, ao mesmo tempo, impor sua visão unilateral.

Nos últimos trinta anos, as pesquisas históricas, com ênfase particularmente nas características internas da economia colonial, têm relativizado uma série de questões, até então consolidadas pela historiografia tradicional. Uma delas é a do pacto colonial, modelo teórico que prega uma autoridade essencialmente centralizada e uma elite local submissa, cujo objetivo seria garantir a drenagem para a Metrópole dos lucros oriundos do exclusivo comercial e das atividades econômicas implantadas na Colônia. Portugal não conseguiu realizar exatamente essa finalidade e fez vistas largas ao avanço dos coloniais em áreas que, pela cartilha mercantilista, seriam reservadas como o tráfico de escravos. Negociantes do Brasil comercializavam com outras regiões que não eram de domínio português. Segundo Fragozo (2001), as vinculações da praça mercantil do Rio de Janeiro com a navegação de longa distância e suas triangulações de mercadorias com a Costa da Mina, Angola e Goa alteram a imagem do pacto colonial, comprovando a autonomia que o capital mercantil, sediado nas colônias, possuía ante o poder metropolitano.

Na primeira metade do século XVIII, os ganhos econômicos da Colônia pareciam claros para Dom Luís da Cunha, quando sugeriu a Dom João V a mudança de sua Corte para a cidade do Rio de Janeiro. Ele argumentava que os recursos naturais, econômicos e demográficos na Colônia eram muito maiores do que os da mãe-pátria e a referida cidade estava melhor situada do que Lisboa para ser a metrópole comercial e marítima do Império Português. Para o estadista, era “mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, do que onde se espera o de que se carece (BOXER, 1963, p.279 apud CALDEIRA, 1999, p.232)”. A partir do século XVIII, a economia colonial parece ter construído uma trajetória na oposição explícita aos desígnios de seus dirigentes, inclusive no que se refere a acumular capital suficiente para sustentar seu próprio crescimento.

As relações políticas entre poder periférico e central fazem parte de outro universo revisitado pela *nova historiografia*⁴. Diversos fatores como conflitos entre governadores, de funcionários com o clero, de agentes do fisco com a justiça etc impossibilitaram o exercício pleno do poder metropolitano, constantemente marcado por antagonismos. Não foram poucos os momentos em que houve uma barganha entre poder central e local, não predominando, portanto, necessariamente, interesses antagonísticos e altamente centralizados. Em algumas situações, a administração colonial foi muito rígida, em outras, bastante flexível, adaptando-se às singularidades e à autonomia conquistada pela América Portuguesa. Para Chaves (2003), o poder central, personificado na figura do Rei, não era exatamente unificado e indivisível, já que se exercia no Antigo Regime um poder repartido, baseado na autonomia político-administrativa das instituições e poderes periféricos, a exemplo das

Câmaras Municipais, locus de relativa autonomia dentro da composição de forças do domínio português. Logo, os órgãos administrativos da capitania foram marcados por contradições, pois, enquanto mantinham uma sujeição extrema ao Estado metropolitano, também lutavam por autonomia.

A efetivação do projeto de colonização só foi possível graças à construção de uma identidade comum entre metrópole e vassalos, logicamente marcada por conflitos em diversos momentos. A Coroa buscou estabelecer laços de identificação entre colonizadores e colonizados. Pessoas importantes na Colônia assumiram órgãos administrativos e fiscais dos governos locais, corroborando a ideia de um “Império luso-brasileiro”, caracterizado por posturas conciliatórias e por embates. Na opinião de Russel Wood (1998, p.3 e 12), as leis reais e as imposições dos conselhos se mostraram flexíveis em determinados momentos e foram numerosos os exemplos de colonos capazes de exercer pressão suficiente sobre as autoridades metropolitanas, a fim de “evitar ou modificar totalmente as políticas propostas, de atrasar a implementação de ações prescritas ou de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses particulares”.

Os colonos tinham a percepção das obrigações, mas sabiam da possibilidade de impor limites à ação metropolitana. O direito comum permitia que certas práticas locais se tornassem direito de fato (ESPANHA, 2006). Nem sempre as determinações das Câmaras se baseavam num princípio jurídico estabelecido, mas nos usos e costumes das sociedades. Em várias situações, quando a Coroa procurou proceder à emenda dos erros políticos ou dar uma nova ordem à administração, as práticas costumeiras já estavam consolidadas por privilégios ou contratos passados. Deste modo, diante dos vários obstáculos para a submissão dos colonos e sua integração à ordem Real, o poder metropolitano agiu com cautela e simulação na condução dos negócios, receoso do clima de agitação que uma medida poderia causar na Colônia. Tal era o caso da cobrança de impostos, um dos temas que gerava constantes atritos com a população e que o Rei solicitava aos governadores a sua implantação com “a menor vexação possível”.

Importantes esferas políticas da Colônia se encontravam sob o controle do poder metropolitano. Todavia, este estava longe de se manifestar em sua plenitude e, principalmente, de se impor, sobretudo aos sertões, por uma série de motivos como exiguidade de meios e instrumentos disciplinares, pequeno número de funcionários régios (reduzidos ainda pelas doenças tropicais e pelas epidemias), vias precárias de comunicação, grande extensão territorial, conflitos de jurisdição entre vilas, termos, comarcas e capitanias, burocracia metropolitana, formada por uma gama de órgãos com atribuições não muito precisas e sobrepostas, distância da metrópole, presença da violência e de redes de poder criadas por potentados locais e pelos funcionários régios para obtenção de vantagens particulares, clima de amotinamento, abuso de autoridade pelos governadores e ouvidores etc. Esses e outros fatores tornaram a prática da política dependente do cotidiano e das características internas da Colônia, gerando entraves à aplicação efetiva das leis conforme os desejos emanados dos dirigentes metropolitanos.

4 A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Na história da formação de Minas Gerais, as pesquisas, em sua maioria, não conferem a importância devida ao papel do *espaço* e do *território* na criação de obstáculos ou na viabilização dos interesses da administração portuguesa e dos colonos no processo de desbravamento, conquista e ocupação das minas e dos sertões⁶. A ocupação espacial e a organização territorial podem ser importantes linhas de investigação: marcos e imaginários geográficos foram de suma importância na descoberta das minas e estruturas territoriais implantadas pela metrópole (vilas, capelas, registros fiscais, caminhos, aldeamentos indígenas etc) viabilizaram a conquista, a ocupação e a “interiorização” do projeto de colonização, garantindo a transformação dos sertões em território apropriado.

No longo século XVIII, houve nas Minas uma lenta afirmação e consolidação do poder real, mas também a ocorrência de constantes ameaças à dominação da monarquia, tanto por meio dos perigos internos - motins, atentados e conspirações -, quanto externos - guerras e invasões estrangeiras. O universo da população colonial, marcado pela indistinção social e por uma fluidez econômica favorecida pela mineração e atividades correlatas, tornava difícil o controle efetivo. Se, por um lado, a distância do poder central favorecia a afirmação de interesses pessoais das autoridades metropolitanas, por outro, esse afastamento e a grande extensão territorial da capitania facilitavam o alargamento do poder privado e a criação de territórios dominados por potentados locais.

Os desvios às normas impostas pela administração colonial se tornaram uma realidade recorrente, formando aquilo que Russel Wood (2009, p43) denominou de “cultura de evasão endêmica”. Práticas comerciais incluíam contrabando, intercâmbios ilegais com não-portugueses, cunhagem de moedas falsas, raspagem de moedas, mistura de estanho raspado com ouro em pó, calote no pagamento de taxas e impostos de licença etc. A obediência foi trocada por acordos negociados com maior independência de pensamento e ação e, inclusive, com representatividade, visto que colonos ou seus procuradores tiveram voz em Lisboa, pois chegaram a ser ouvidos pelo rei.

A manutenção da ordem e a prisão de criminosos eram tarefas extremamente difíceis, haja vista as constantes fugas para outras capitanias ou a proteção de patronos, não raros potentados locais com mercês e promoções concedidas pela própria Coroa. Nos sertões, a presença de pessoas poderosas, bem como de toda uma gama de bandos de malfeitores, criou territórios de mando e incitou a exacerbação da violência (ANASTASIA, 2005). Várias tentativas de controle da Coroa sobre as áreas proibidas, ocupadas aleatoriamente e furtivamente ao longo do século XVIII, fracassaram (CARNEIRO, 2008). Tal era a opinião de Furtado (2006, p.196), que fez a seguinte observação:

Nas Minas, tudo parecia estar fora do lugar [...] Paradoxalmente, grande parte deste descontrole era resultado da maneira como o poder se organizava desde a Metrópole. A necessidade de se utilizar dos potentados para levar a autoridade à periferia, o excesso de poder de funcionários, a falta de uma hierarquia clara, o caráter pessoal do mando, tudo contribuía para, uma vez distante do centro, aumentar a confusão entre a esfera pública e a privada e imprimir a sensação de desgoverno.

No Distrito Diamantino, para alguns teóricos, lócus, por excelência, da política altamente repressora da metrópole, materializada no *Regimento Diamantino*, o rigor metropolitano foi quase nunca aplicado. As leis constituíam frequentemente letra morta e as próprias autoridades não se dispunham a executá-las. As insistências no cumprimento das ordens mostram que a ineficácia, o descontrole e a convivência disseminavam entre o corpo administrativo e a população cujos interesses se misturavam. Então, apesar dos rigores da lei, a vida na demarcação não transcorria nos simples limites da ordem e grande descontrole social marcou continuamente a sociedade diamantina (FURTADO, 1996).

A *historiografia tradicional*, influenciada pela concepção mercantilista da colonização e pela ótica da teoria da dependência, concedeu ênfase exclusiva à mineração, deixando de lado importantes setores da economia que estiveram presentes de forma significativa no processo de formação territorial de Minas Gerais. Adeptos dessa corrente postularam que a própria Coroa criou obstáculos ao desenvolvimento de outros setores produtivos para não oferecerem concorrência à extração do ouro. Portanto, enquanto a produção aurífera se desenvolvia e atingia o seu auge, a agropecuária, por exemplo, teria tido importância reduzida, voltada apenas para o autoconsumo e dependente das flutuações da atividade principal. Advogaram os teóricos que o abastecimento interno era oriundo de outras capitanias, já que o isolamento geográfico das Minas Gerais, a característica limitante das terras, impróprias para o cultivo, e os impedimentos da Coroa teriam promovido o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, pobre e inexpressiva, que só ganharia destaque no cenário econômico da crise da mineração, ou seja, ao longo e após a segunda metade do Setecentos.

Diversos documentos e estudos, contrários às proposições postuladas pela *historiografia tradicional*, apontam que as atividades agropastoris estiveram presentes desde o princípio da descoberta do ouro. Relato de Bento Fernandes Furtado, datado de 1750, evidencia que nos primeiros anos das minas estenderam-se os mineiros a ocupar o lugar das suas datas e cada um fazendo as suas roças nos lugares que por sorte lhes couberam. Muitos agricultores “viveram anos de fabricar mantimentos para vender aos mineiros que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados, fazendo neste negócio altíssimas fortunas” (MATOSO, 1999, p.183). Uma vasta camada populacional, nem sempre vinculada à prática da mineração, teve papel importante na sustentação do setor agropecuário: homens e mulheres de variadas origens, ocupados com a atividade de produção de alimentos voltada para o autoconsumo ou para o mercado interno, utilizando-se de mão-de-obra escrava ou familiar. Do comércio de diversas mercadorias houve a integração dos mercados internos e externos à capitania, peça fundamental no abastecimento dos núcleos urbanos e responsável por promover a interiorização dos interesses metropolitanos na colônia.

Os estudos sobre a decadência da mineração em Minas Gerais também receberam inúmeras críticas, principalmente no tocante à propalada estagnação econômica. Os teóricos da *historiografia tradicional* relataram que o comportamento da economia na capitania do ouro teria seguido as etapas do crescimento, apogeu e decadência da sua atividade principal. Essas noções contribuíram para criar uma obscuridade quanto ao entendimento da dinâmica econômica interna nas minas, principalmente entre a segunda metade do Setecentos, marco da redução da exploração aurífera, até por volta das primeiras décadas do Oitocentos, ocasião na qual se expandiu o latifúndio cafeeiro na Zona da Mata. Os trabalhos revisionistas de Lenharo (1979), Guimarães e Reis (1987), Libby (1988), Almeida (1994) etc assinalaram a importância do setor agropastoril e manufatureiro e mostraram um mercado interno dinâmico, gerado por acumulações endógenas, decorrentes, por exemplo, das relações comerciais com o Rio de Janeiro, descortinando um novo panorama em Minas no período citado⁷.

A mineração conviveu paralelamente com a atividade agropastoril. Esta, além de ter propiciado a montagem da sociedade mineradora na fase inicial da colonização, tornou-se a principal opção econômica quando da decadência, levada a cabo pelas unidades de produção escravistas e camponesas. Para os diversos trabalhos revisionistas, houve maior diversificação da economia mineira neste período, evidenciada nas atividades agrícolas, manufatureiras e criatórias, as quais imprimiram uma nova realidade e um novo dinamismo econômico, observável, por exemplo, nas listas nominativas de 1831, que mostram uma estrutura ocupacional diversificada e complexa. Libby (1988) cunhou o termo “economia em acomodação evolutiva” (aquela que não se encontra em processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas de rearticulação interna) para descrever as atividades de transformação, tais como a siderurgia, a indústria têxtil e a agropecuária mercantil, que coexistiram com a atividade mineradora e absorveram os efeitos da crise da mineração⁸.

5 CONCLUSÕES

Os trabalhos de historiografia sobre o Brasil colônia, publicados até a década de 1970, se concentraram na elucidação do modelo latifundiário, escravista e monocultor, dando ênfase, principalmente, à sua forma de articulação com o mercado externo. Autores clássicos sistematizaram importantes contribuições sobre os fundamentos da dependência e da condição colonial, mas ao concederem ênfase apenas ao quadro analítico macroeconômico acabaram por obstruir a possibilidade de apreensão de especificidades do contexto colonial interno, considerado mero reflexo das condições econômicas externas. Importa ressaltar que as estruturas socioespaciais engendradas na América Portuguesa não se resumem à vinculação exclusiva com o comércio Atlântico e com a metrópole.

Nas últimas três décadas, o balanço geral da renovação historiográfica sobre os estudos da América Portuguesa nos permite inferir um saldo muito favorável quando levamos em conta a

diversidade e o aprofundamento de temáticas abordadas, o emprego de novas metodologias e a análise de fontes históricas até então desconhecidas. Mas, ainda há um grande desafio: a coesão entre o necessário aprofundamento de temáticas do contexto interno/particular da Colônia e a consideração da influência de aspectos mais gerais ou globais determinantes da condição colonial. A dependência colonial não pode ser abordada apenas sob uma perspectiva, pois tal metodologia acaba por mascarar a importância de especificidades internas da Colônia, que se formaram devido à influência de características peculiares como base natural, grande extensão territorial, distância da metrópole, extensão litorânea, rarefação demográfica, etc.

Pesquisas históricas e, inclusive, geográficas precisam investigar a importância do espaço e do território na criação de obstáculos ou na viabilização dos interesses da administração portuguesa e dos colonos no processo de desbravamento, conquista e ocupação do interior da Colônia. É imprescindível que analisemos os processos espaciais e os elementos territoriais responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos, dado fixo ou base material. As condições, em termos de influências e possibilidades, oferecidas pelo meio físico e construído, desempenham uma função significativa na elucidação do estabelecimento e na formação da América Portuguesa. É o peso explicativo do espaço, constituído por objetos materiais e simbólicos, em constante modificação devido a ações humanas que procuram ordená-lo ou dá-lo um novo ou diferente sentido.

A organização espacial, meio e resultado da sociedade, se transforma num terreno competitivo de práticas sociais que podem imprimir uma manutenção ou reforço da espacialidade existente ou empreender uma política com vistas à reestruturação significativa ou transformação radical. Desvendar a organização espacial exige a investigação da ocupação e da formação territorial, rico caminho para análise da transformação do espaço em território. O estudo da ocupação territorial e da formação socioespacial nos permite desvendar projetos econômicos, políticos, militares e simbólicos em jogo que por diferentes vias procuram se implantar na sociedade em foco. Os interesses de classes, as concepções políticas e econômicas diversas, as relações de poder privadas ou do Estado, a resistência de grupos marginalizados etc podem se tornar evidentes nas formas espaciais.

As estruturas territoriais implantadas pela metrópole (caminhos, registros fiscais, vilas e aldeamentos) viabilizaram a conquista, ocupação e “interiorização” do projeto de colonização, garantindo a transformação dos sertões em território apropriado. Elas promoveram o avanço da colonização, o prolongamento e a disseminação do poder da Coroa e a articulação do litoral com o interior. Influenciados pelo peso da inércia espacial e pelas condições oferecidas pelo meio, muitos processos de ocupação territorial e de formação socioespacial se caracterizaram por variações de ritmo, com pausas ou avanços bruscos no tempo e no espaço.

Na história da formação de Minas Gerais, marcos e imaginários geográficos também foram de suma importância no projeto de interiorização do poder metropolitano. Sertanistas, capitaneados por particulares ou incentivadas por governadores gerais e pela Coroa, se embrenharam por terras nunca antes pisadas pelos portugueses, movidos pelos imaginários das riquezas fabulosas existentes no sertão (ouro e prata) e pelo desejo de captura do “gentio”. Eles se orientavam por serras, rios e outros atributos geográficos. Tais imaginários e atributos geográficos tanto criaram obstáculos quanto viabilizaram os interesses da administração portuguesa e dos colonos no processo de desbravamento, conquista e ocupação das *minas* e dos *sertões*.

NOTAS

¹ A ideia da análise a partir do conceito de *alteridade* deve-se a Furtado (2006, p.19 e 26). Esta autora defende a proposição de que os interesses metropolitanos e coloniais não se opuseram, mas se complementaram e se “misturaram”. De acordo com a pesquisadora, uma vez instalados na América Portuguesa e dedicando-se a atividades de alta lucratividade, os interesses dos comerciantes estiveram “tão enraizados na terra que não era mais possível defini-los como puramente metropolitanos”.

Assim, aqueles personagens passaram a atuar também como “colonos”, contribuindo para a formação de uma sociedade que não era mera “expressão direta do Reino”.

² A expressão “homens coloniais” foi cunhada por Luiz Felipe de Alencastro, empregada neste trabalho de forma semelhante à ideia utilizada por Straforini (2007, p.30-31), ou seja, para se referir aos moradores da América Portuguesa, não só de origem lusitana direta ou de descendência, como também aqueles que forjaram a condição de “homens bons” mediante seus bens e presteza para com a Coroa. De acordo com o segundo autor, aqueles personagens agiam tanto como vassallos do Rei quanto como indivíduos com interesses próprios e, desde cedo, vislumbraram na Colônia a possibilidade de construir riqueza e acumular poder.

³ O conceito de “interiorização da Metrópole” deve-se a Maria Odila Leite Dias (2005). O termo foi empregado pela autora para analisar as consequências político-econômicas da transferência do eixo central do Império Português para o Rio de Janeiro, após a vinda da família real em 1808. Esse processo, segundo a autora, culminaria na transformação da *Colônia em Metrópole interiorizada*. Do ponto de vista geográfico, esse conceito pode ser empregado para se estudar as Minas Gerais no século XVIII, de modo a analisar, por exemplo, a ocupação dos sertões pela política metropolitana após a instalação de um conjunto de *fixos* (caminhos, registros, vilas e aldeamentos) e *fluxos* (circulação de pessoas, bens, riquezas e mercadorias), os quais iriam promover o avanço da colonização, o prolongamento e a disseminação do poder da Coroa e a articulação do litoral com as minas.

⁴ Teóricos da *historiografia tradicional* como Prado Júnior (1977) postularam que a administração metropolitana foi marcada pela falta de organização, incapacidade, negligência e inércia ou, numa visão mais estreita, pela crescente centralização e fortalecimento das autoridades em certos setores como a manutenção da ordem e a garantia da arrecadação de tributos.

⁵ Um autor anônimo, em documento de 1750, relatou que o governador Dom Braz Balthazar da Silveira, no ano de 1715, fez uma junta na vila do Sabará para comunicar à população a ordem de Sua Majestade sobre a cobrança dos quintos por bateias. No entanto, o povo do distrito se amotinou de forma que se o governador teve que se retirar para Vila Rica. Na fuga, o ministro pernitoou no povoado de Raposos. Ali também o perseguiram, cercando-lhe a casa e clamando contra ele, obrigando-lhe a se retirar por uma janela. O ministro, ao chegar a Vila Rica, aceitou o acordo de se pagar os quintos na forma da resolução da primeira junta (MATOSO, 1999). Diante dos acontecimentos e das inquietações do povo, o governador resolveu suspender a execução da medida que pretendia implantar para não arriscar as minas à última ruína. O rei de Portugal não só aceitou a decisão de D. Braz como concedeu perdão aos revoltosos e elogiou o ministro quanto à sua resolução. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, p.85-88, 1898.

⁶ Em Minas Gerais, tal era a importância das condições oferecidas pelo meio físico que era impossível minerar o ouro sem a água das vertentes e ribeiros. Mas, tão forte e insuportável era o frio das águas que em alguns córregos como o do Carmo, localizado em Mariana, era preciso entrar pelas dez horas da manhã e sair pelas três da tarde. Em muitos rios como os de Santa Bárbara, Piracicaba e Brumado, as enchentes impediam os serviços de mineração. Lavras de ouro como as de Minas Novas rendiam pouco, pois as nascentes dos cursos d’água eram muito baixas, não sendo possível levar a água ao alto dos montes e espigões ricamente auríferos.

⁷ De fato, a partir de meados do Setecentos, houve uma retração geral da atividade mineradora (extração do ouro) num processo que culminou no decréscimo geral dos níveis gerais de riqueza até por volta do princípio do Dezenove. Esse fato decorreu da menor disponibilidade de ouro em pó,

moeda principal da capitania, que gerou impactos regionalizados sobre o comércio. Linhares (1979, p.147-171) apud Carrara (2007, p.35-36), que chamou atenção para a obriedade da decadência da mineração, enfatizou que o maior desafio nessa discussão consiste em verificar o impacto desse evento no conjunto da sociedade mineira, em seus diversos níveis de articulação com outras regiões.

⁸ Mesmo após a queda na produção do ouro, dirigiram-se para Minas Gerais as principais artérias do comércio interno, vindas do sul, norte e leste da Colônia. Amílcar Martins Filho e Roberto Martins explicaram tal processo com base no dinamismo dos mercados locais e da agricultura de subsistência que, para os autores, foram capazes de manter o elevado nível de importação de escravos. Robert Slenes embasou sua justificativa na continuidade da exploração de diamantes, no início do plantio do café e em um menor declínio da exploração do ouro. Douglas Libby ressaltou o processo de protoindustrialização, baseado, sobretudo, na produção de tecidos de algodão e numa reprodução interna de escravos bem maior do que no restante da Colônia (CALDEIRA, 1999).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras, Mariana, 1750 a 1850**. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Geografia do Crime: violência nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas [1711]**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. As Concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 109-132.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a formação regional da Zona da Mata na Capitania de Minas Gerais**. 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Usos e costumes: as Câmaras Municipais de Minas Gerais e a Legislação Mercantil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.164, n.421, p. 105-121, out./dez. 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

ESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo Português (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-41.

FRAGOSO, João Luís. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-73.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rosa de Ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O Livro da Capa Verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.4, p.85-99, jun.1987.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n.100, p. 257-273, out./dez. 1974.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATOSO, Caetano da Costa. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIETO, Carlos. **A mineração e o Novo Mundo**. São Paulo: Cultrix, 1976.

RUSSEL WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, p.187-250, 1998.

_____. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **História**, São Paulo, v. 28, n.1, p.17-70, 2009.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p. 81-99, 1977.

STRAFORINI, Rafael. **Tramas que Brilham**: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII. Tese (Doutorado em Geografia). 293f. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Alteridade Territorial: uma leitura geohistórica do território colonial brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-17.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1807]. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.765-847, 1901.

Data de submissão: 16.11.2015

Data de aceite: 28.11.2017

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.